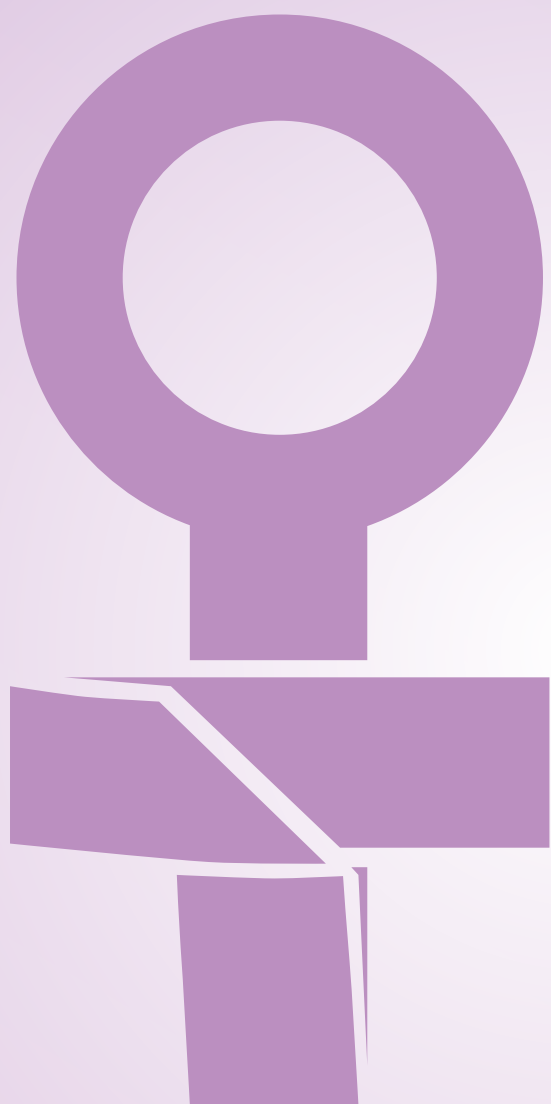


REVISTA
NACIONAL DE SAÚDE

EDIÇÃO 02 • ANO 01 • NOV/DEZ 2016



É HORA DE
JUSTIÇA SOCIAL
CNS orienta entidades a ingressarem no STF
contra o congelamento dos gastos em saúde



2ª

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES

SAÚDE DAS MULHERES: DESAFIOS PARA A INTEGRALIDADE COM EQUIDADE

O eixo principal da Conferência será a Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, contemplando a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres e as políticas de equidade.

ÍNDICE

Um 2017 de unidade, lutas e ampla resistência	4
O SUS precisa de todos nós	6
Grupo discutirá Diretrizes Curriculares de Cursos da Saúde	8
Um guia para o trabalho seguro	10
CNS presente no Congresso Latino-americano em Medicina Social no Paraguai	11
CNS prepara 2º Conferência Nacional de Saúde das Mulheres	12
Conferência Nacional debaterá Vigilância em Saúde	13
CNS presente na proteção dos direitos da saúde indígena	14
CNS inicia Projeto de Educação Permanente para conselheiros municipais	18

EXPEDIENTE

Presidente do Conselho Nacional de Saúde: Ronald Ferreira dos Santos • **Secretária Executiva do Conselho Nacional de Saúde:** Neide Rodrigues • **Mesa diretora:** André Luiz Oliveira, Geordecí Menezes de Souza, Cleoneide Paula Oliveira Pinheiro, Edmundo Dzuawi Omoré, Neilton Araújo de Oliveira, Jurandi Frutuoso Silva, Francisca Rêgo Oliveira Araújo, Ronald Ferreira dos Santos • **Assessoria de Comunicação:** Ederson Marques, Jorge Vasconcellos, Mariana Moura, Viviane Claudino.

Conselho Nacional de Saúde - "Efetivando o Controle Social".
Esplanada dos Ministérios, Bloco "G" - Edifício Anexo, Ala "B",
1º andar - Sala 103B - 70058-900 - Brasília, DF

Está no ar o segundo número da Revista Nacional de Saúde, novo canal de diálogo do Conselho Nacional de Saúde (CNS) com a sociedade. Publicação eletrônica bimestral, ela aborda o controle social e os desafios do Sistema Único de Saúde (SUS).

O tema central deste número são as ações do CNS em 2016 contra a avalanche de retrocessos no país e a continuidade dos esforços em 2017.

A matéria de capa, por exemplo, denuncia o golpe contra o SUS representado pela Emenda Constitucional 95/2016. Ela congela os gastos da União por 20 anos e torna o SUS incapaz de enfrentar seu principal desafio, que é o subfinanciamento.

Essa matéria destaca a recomendação do Conselho para as entidades com assento no órgão ingressarem no Supremo Tribunal Federal (STF) com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a Emenda 95/2016.

A revista traz também artigo do conselheiro nacional de saúde Geordecí Sousa, segundo o qual haverá articulação nacional por eleições diretas para presidente da República, com o resgate da soberania popular.

Apesar dos retrocessos, 2016 foi também de vitórias para o controle social. Houve maior diálogo entre o CNS e a sociedade, além do recuo do Ministério da Saúde da decisão de retirar a autonomia da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), como se verá em uma das matérias da revista.

Outro destaque são as conferências programadas pelo Conselho para este ano: a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde e a 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde.

Agradecemos a todas e a todos que nos acompanham na jornada em defesa da democracia e da Saúde como direito constitucional. Certamente estaremos juntos em 2017.

Boa leitura!

Ronald Santos
PRESIDENTE DO CNS

Um 2017 de unidade, lutas e ampla resistência

Por Geordecí Sousa*

A polarização entre dois projetos políticos no Brasil atingiu seu mais alto grau de tensão em 2016. O desfecho foi favorável à agenda que tem como foco a supremacia do mercado, a desnacionalização da economia, a privatização do setor público, o desmonte do Estado e a retirada de direitos dos cidadãos.

A ascensão das forças conservadoras foi possível com a submissão do parlamento a interesses nada republicanos e o apoio da mídia hegemônica. O resultado é um cenário de grave turbulência política e econômica que traz incertezas sobre o destino do país e de sua população.

Como em outros momentos da vida nacional, a agenda da Saúde protagonizou enfren-

tamentos importantes e expôs contradições entre a atuação do Estado e seus deveres constitucionais. Foi um dos poucos focos de resistência à avalanche de retrocessos que se delineava.

Em 2016 essa agenda começou com os resultados da 15ª Conferência Nacional de Saúde – importante marco da democracia participativa no Brasil. As resoluções produzidas nesse encontro, com profundas análises sobre os problemas da Saúde, chegaram ao conhecimento da Presidência da República.

Ainda com base na conferência, e a partir de vigoroso processo de construção política, foi apresentado ao Congresso Nacional projeto de iniciativa popular com previsão de repas-



se de 10% das receitas correntes brutas da União para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse projeto, que passaria a tramitar como PEC 01/2015, foi construído pelo movimento Saúde + 10, encabeçado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em parceria com diversas entidades. Em maio de 2016, a PEC foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, com mais de 400 votos favoráveis.

No entanto, a tramitação da proposta foi inviabilizada com a ruptura do Estado Democrático de Direito. A mira dos conservadores apontou para a Constituição.

Como alvos preferenciais estão a Seguridade Social, a Saúde e a Educação – três das principais reformas estruturantes do Estado na Constituição. No caso da Saúde, foi massificada a tese de que seu orçamento não cabe na Constituição e muito menos no orçamento da União. O apoio da mídia hegemônica ajudou a ecoar a mentira.

Estava aberto o caminho para a materialização do desmonte do Estado que está por trás da ruptura institucional: as forças conservadoras promulgaram a Proposta de Emenda Constitucional que havia sido aprovada na Câmara como PEC 241 e no Senado como PEC 55.

A agora Emenda Constitucional 95/2016 congela os gastos da União por 20 anos e retira a capacidade do Estado de responder a um problema histórico da Saúde, que é o subfinanciamento. Sem falar nos graves reflexos na Educação, na Previdência e em outras políticas públicas vitais.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), no esforço para evitar a aprovação da PEC 241/55, travou verdadeira batalha, articulado com ou-

tras instâncias do controle social, além de entidades como a OAB, CNBB, centrais sindicais e movimentos comunitários.

Realizamos duas grandes marchas em defesa da Saúde, da Democracia e da Seguridade Social. Combatemos a proposta conservadora no Legislativo, no Judiciário e no Ministério Público Federal. Conseguimos que nossa mensagem fosse ouvida pela sociedade.

Todo esse esforço, apesar da promulgação da PEC, não foi em vão. Acreditamos na democracia e estamos ainda mais unidos para, em 2017, lutar e resistir com energia contra todos esses retrocessos.

Em uma das frentes, o Conselho Nacional de Saúde recomendou às entidades representativas e movimentos sociais com assento no órgão que, caso tenham prerrogativa, ingressem no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a Emenda 95/2016.

Teremos também duas conferências sobre temas de relevante impacto na vida dos brasileiros e que são condutores da energia política necessária ao nosso esforço: a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres e a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde.

Igualmente está no nosso foco o resgate da democracia participativa e da soberania popular. Por isso vamos atuar em todas as frentes para garantir a realização de eleições diretas para presidente da República. O respeito à vontade do povo é o único caminho para superarmos a crise e restabelecemos a democracia no Brasil. O Conselho Nacional de Saúde está de portas abertas a quem quiser engrossar nossas fileiras. //

* Geordecí Sousa é conselheiro nacional de saúde, membro da Mesa Diretora do CNS

O SUS precisa de todos nós

A batalha contra o congelamento de gastos na saúde agora é judicial. CNS orienta entidades a ingressarem no STF contra a Emenda Constitucional 95

Por Viviane Claudino

A saúde pública e gratuita brasileira pode se transformar apenas em páginas de parte de um livro da história do Brasil. Promulgada no dia 15 de dezembro de 2016, a Emenda Constitucional nº 95 – que estabelece limite nos gastos públicos – é o maior ataque já sofrido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde 1988, quando foi estabelecida a Constituição Federal com todas as suas garantias.

Aprovada pela maioria dos deputados federais e senadores, a medida significa o início do fim do SUS. Com menos recursos pelos próximos 20 anos, na prática a EC 95 representa menos medicamentos gratuitos à população, menos cirurgias, menos campanhas de vacinação e, principalmente, menos cidadania. Ou seja, uma sociedade mais desigual e atendimento à saúde visto como privilégio para poucos.

É nesse momento, de ataque aberto aos direitos conquistados em 1988, que o SUS precisa de toda defesa disponível. E foi pensando nisso, que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) orientou todas as entidades que o compõe, e com prerrogativas, que ingressem no Supremo Tribunal Federal (STF) com Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a EC 95. A batalha judicial está apenas começando. Barrar os efeitos nefastos desta medida, que prejudica principalmente a população mais carente, é um dever de todo brasileiro.

Algumas entidades que não são parte do CNS já tomaram frente neste tabuleiro. A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), assim como a Associação dos Juí-

zes Federais (Ajufe) e a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), já entraram com ADIN no STF contra a emenda. Elas afirmam que a adoção do “novo regime fiscal” é ilegal por limitar e restringir a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, ao impedi-lo de participar da elaboração do orçamento.

“A EC 95 afeta a sociedade inteira porque restringe gastos do governo em áreas absolutamente nobres como saúde, educação e segurança pública. Ou seja, não prioriza os deveres fundamentais do Estado, que é a cobertura de necessidades gerais de toda a população”, afirma o presidente da Anamatra, Germano Siqueira, ao avisar que as associações aguardam que a ministra Rosa Weber notifique a União e se manifeste a respeito.

CNS NUNCA DESISTIU

Para tentar impedir a aprovação da PEC 241 (Câmara dos Deputados) e da PEC 55 (Senado Federal), o Conselho realizou manifestações em diferentes esferas. O presidente do CNS, Ronald Santos, pediu rejeição à proposta ao participar de diversas audiências públicas na Câmara dos Deputados. Por meio da assessoria parlamentar, o CNS entregou carta aos líderes de blocos e partidos políticos com a mesma intenção.

Junto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o colegiado assinou carta de recomendação encaminhada à Presidência da República, com a identificação dos prejuízos aos 150

milhões de brasileiros que só têm o SUS como garantia de alcance à saúde.

Ao mesmo tempo em que tentou impedir o avanço da “PEC da Morte” – como ficou conhecida, já que poderá ser a responsável pela morte de milhões de brasileiros – o CNS apresentou alternativas para o reequilíbrio das contas públicas, sem que o SUS fosse prejudicado. Rever a renúncia fiscal, projetada acima de R\$ 300 bilhões para os próximos anos, levantar o debate sobre a taxação das grandes fortunas e corrigir a tabela do Imposto de Renda, de modo a tributar os que estão no topo da pirâmide social, foram algumas delas.

Às vésperas da votação em segundo turno no Senado, milhares de pessoas participaram da 3ª Marcha em Defesa da Saúde, da Seguridade Social e da Democracia, organizada pelo Conselho, na Esplanada dos Ministérios. Na ocasião, deputados e senadores também fizeram o apelo para parar a tramitação da proposta, considerada o maior ataque aos direitos sociais garantidos na Constituição Federal.

Para Ronald Santos, a batalha não está vencida e a luta para enfrentar o problema de subfinanciamento do SUS agora será ainda mais intensa. “Se já eram insuficientes os recursos, agora estão piorados. Nós vamos insistir, não vamos aceitar retrocessos. Vamos mobilizar as nossas forças e queremos que os conselheiros levem para a direção das suas organizações a recomendação para travar essa batalha jurídica em defesa do Sistema Único de Saúde”, finalizou. //

Grupo discutirá Diretrizes Curriculares de Cursos da Saúde

Por Mariana Moura

Um Grupo de Trabalho criado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) será responsável por discutir as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) dos cursos de graduação da área de saúde. A ideia é que a grade curricular seja modificada para se aproximar mais da realidade da saúde brasileira e, assim, ajudar no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com o coordenador adjunto da Comissão Intersectorial de Recursos Humanos (CIRHRT), Danilo Amorim, a proposta do grupo é acompanhar e articular as discussões das novas diretrizes curriculares. “Temos como

pressuposto a constitucionalidade de que o SUS é responsável pela formação dos profissionais de saúde”, explicou.

Para Danilo, o novo grupo terá um papel articulador entre a sociedade civil organizada e as diversas entidades de saúde. “Temos um trabalho de organizar junto ao Conselho Nacional de Educação a ampliação na participação da construção das DCN's”, afirma.

A primeira reunião do GT acontece em janeiro de 2017 e terá como pauta a discussão das novas diretrizes dos cursos de Saúde Coletiva e Farmácia, sendo que os demais cursos



também serão contemplados com discussões nas pautas seguintes.

O Grupo de Trabalho é composto por cinco conselheiros nacionais de Saúde – representantes dos segmentos usuários, trabalhadores e gestores do SUS –, além de convidados que representem o Conselho Nacional de Educação, as Associações de Ensino, e as Executivas de Estudantes, Federações e Confederações. Esses convites serão formalizados logo após aprovado o cronograma de trabalho elaborado pela (CIRHRT).

O CNS já atua em parceria com o Ministério da Educação na regulação da formação em saúde do Sistema Federal de Ensino para autorização e reconhecimento de cursos de graduação em Enfermagem, Medicina, Odontologia e Psicologia. Essa parceria atende regras estabelecidas pelo Decreto 8.754, de 10 de maio de 2016. A ordenação da formação de

recursos humanos na área da saúde é competência do SUS, conforme artigo 200 da Constituição Federal de 1988.

HISTÓRICO

O Grupo de Trabalho pretende dar materialidade a Resolução 515/2016, publicada no Diário Oficial da União, que expõe o posicionamento contrário do CNS à autorização de todo e qualquer curso de graduação da área da saúde, ministrado totalmente na modalidade de Educação a Distância (EaD).

O documento sugere também que as DCN's das profissões da área da saúde sejam objeto de discussão e deliberação do CNS de forma sistematizada, dentro de um espaço de tempo adequado para permitir a participação, no debate, das organizações de todas as profissões regulamentadas e das entidades e movimentos sociais que atuam no controle social. //



Um guia para o trabalho seguro

Por Jorge Vasconcellos

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) iniciou articulação com Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, movimentos sociais e entidades representativas para ampliar o número de Comissões Intersectoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) em todo o país. Das 424 Regiões de Saúde existentes no Brasil, apenas 131 contam com esta comissão, cuja atribuição é assessorar os Conselhos de Saúde, nos três níveis de governo, na elaboração e execução de programas voltados à saúde dos trabalhadores, conforme a Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990).

O CNS, com o objetivo de orientar a estratégia de ampliação dessas instâncias, lançou a cartilha “Conheça a CISTT (Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora)”, elaborada com apoio das coordenações de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde e do Governo do Estado do Maranhão.

A publicação foi lançada em novembro de 2016, durante o 7º Encontro Nacional das Comissões Intersectoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT), realizado pelo CNS na Universidade Federal do Estado do Maranhão (UFMA), em São Luís.

Na ocasião, o presidente do Conselho, Ronald Santos, lançou um desafio para os Conselhos de Saúde, movimentos sociais e enti-

dades representativas presentes ao evento: o de que, no próximo Encontro Nacional das CISTT, cada uma das 424 regiões de Saúde do país esteja dotada desse tipo de comissão. “A CISTT é a nossa possibilidade concreta de monitorar, participar, contribuir para a formulação das políticas e ver a Política Nacional de Saúde do Trabalhador ganhar força, ganhar musculatura e conseguir ser posta em prática”, disse.

Segundo o conselheiro nacional de Saúde, Geordecio Menezes, coordenador da CISTT do

CNS, a elaboração da cartilha atende a uma antiga demanda das entidades envolvidas com a temática da saúde do trabalhador. “Em todos os encontros nacionais de saúde do trabalhador os participantes nos cobravam essa cartilha. Era uma demanda antiga que agora está sendo atendida. Apresentamos a cartilha com informações sobre o

papel da CISTT e seu funcionamento. Acreditamos que ela será muito útil para a ampliação dessas instâncias e para a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador”, explicou.

O CNS distribuirá a cartilha a todos os Conselhos de Saúde e a vários movimentos sociais e entidades representativas do país ainda no primeiro semestre de 2017. //



CNS presente no Congresso Latino-americano em Medicina Social no Paraguai

Por Mariana Moura

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) esteve representado no XIV Congresso Latino-americano de Medicina Social e Saúde Coletiva, que ocorreu na Cidade de Asunción, Paraguai. Durante o evento, foi possível avaliar, em âmbito da América Latina, as políticas sociais e de saúde.

O conselheiro nacional de saúde Moysés Toniolo, representante da Articulação Nacional de Luta contra a AIDS (UNAIDS), destacou a preocupação dos países da América Latina com relação à saúde pública brasileira. “A característica do Congresso foi de muita contestação. Muitos países estão preocupados com o desmonte da saúde pública e em especial com a situação do Brasil, visto os últimos acontecimentos políticos”, disse.

Durante o evento, também ocorreu o II Encontro dos Movimentos Latino-Americanos

em Defesa da Saúde. Com enfoque nos direitos humanos, Moyses apresentou uma das principais disputas do movimento AIDS no Brasil: a luta por medicamentos. “As principais discussões giravam em torno do tipo de atendimento médico que queríamos, além do acesso da população à atenção básica da saúde. Pude perceber que não há muitos acordos globais sobre os medicamentos das pessoas soropositivas. Na oportunidade, relatei as experiências do Brasil nesse campo”, disse.

O XIV Congresso Latino-americano de Medicina Social e Saúde Coletiva teve como tema “Radicalizar a democracia com o poder popular para a defesa da mãe terra e ao direito à saúde como boa vida”. Foi realizado pela Associação Latino-Americana de Medicina Social e Saúde Coletiva (ALAMES) e Associação Internacional de Políticas de Saúde. //

XIV Congreso Latinoamericano de Medicina Social y Salud Colectiva

II ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE MOVIMIENTOS SOCIALES POR EL DERECHO A LA SALUD

Asunción, Paraguay. 24 al 29 de octubre de 2016



CNS prepara 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres

Por Mariana Moura

Organizada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e prevista para ocorrer em agosto deste ano, a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (CNSMUs) já está nas ruas e terá como tema central a “Saúde das mulheres: Desafios para a integralidade com equidade”. A conferência terá como objetivo propor diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres.

As etapas que antecedem a Conferência já estão em andamento. Em novembro de 2016, o CNS organizou o Seminário Nacional de Saúde das Mulheres, com o tema “Histórias e lutas inscritas em nossos corpos e expressas em nossa saúde: nenhum direito a menos”. O evento, realizado em Brasília, contou com a participação de 200 mulheres, entre conselheiras de saúde e integrantes de movimentos sociais.

Para Carmem Lúcia, conselheira de saúde e coordenadora da Conferência, a ideia agora é dar ampla divulgação ao evento. “As etapas preparatórias da 2ª CNSMUs já estão na rua. Estamos nos esforçando para dar a maior visibilidade e condições para que todas as mulheres que tenham interesse participem desse processo, que é tão importante para a nossa democracia”, afirma. //



2ª CNSMu

Conferência Nacional debaterá Vigilância em Saúde

Por Viviane Claudino

Com o objetivo de estender as discussões em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e ampliar o debate pela implantação de uma Política Nacional de Vigilância em Saúde, o CNS realizará, entre os dias 21 e 24 de novembro, a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde (CNVS).

O fortalecimento e a integração dos programas e ações das vigilâncias epidemiológicas, sanitárias, em saúde ambiental, do trabalhador e dos laboratórios de saúde pública estarão entre os eixos da conferência, que terá como tema “Vigilância em Saúde: Direito, Conquistas e Defesa de um SUS público e de qualidade”.

“Queremos que o povo brasileiro compreenda que vigilância em saúde não é apenas

fiscalização, ela inclui um conjunto de componentes e responsabilidade do Estado, que deve garantir proteção e promoção à saúde de todos”, avalia o coordenador da Comissão Intersetorial da Vigilância em Saúde do CNS, Fernando Pigatto.

Pigatto destaca, ainda, que a democracia participativa e a integração dos atores que compõem o controle social serão fundamentais para propor as diretrizes desta política nacional. “Há uma sensibilidade grande da comissão organizadora para envolver os usuários na construção coletiva deste documento e elaborá-lo com uma linguagem acessível, para que todos compreendam a importância desse processo”. //



FOTO: ASCOM/CNS

CNS presente na proteção dos direitos da saúde indígena

Por Viviane Claudino

A proteção do direito à saúde é um tema central na luta dos povos indígenas e a aproximação do Conselho Nacional de Saúde (CNS) com o controle social indígena é fundamental para fortalecer o subsistema de saúde desses povos, em âmbito nacional.

Atendendo à demanda dos índios da região do Amazonas, o CNS esteve em São Gabriel da Cachoeira (AM), em outubro, para conhecer e discutir in loco os problemas que permeiam esse subsistema. Na ocasião, representantes da Comissão Intersectorial de Saúde Indígena (CISI), ao lado do presidente do CNS, Ronald Santos, e de técnicos do colegiado visitaram Unidades Básicas de Saúde (UBS), Casa de

Apoio à Saúde do Índio (CASAI), Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Hospital de Guarnição e a aldeia Waruá, onde vivem os indígenas da etnia Dow.

“Precisamos ampliar o diálogo com as lideranças indígenas, para que possamos construir uma política decente de proteção e garantia de saúde para todos os índios brasileiros”, avalia o coordenador da CISI, Edmundo Omore, ao reconhecer o importante papel da comissão como espaço de assessoramento do CNS, órgão de instância máxima do controle social do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nos últimos meses, a luta dos índios pela preservação de direitos foi intensificada com



o apoio do Conselho. Em outubro, eles resistiram para manter a autonomia da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), após publicação da portaria nº 1.907, pelo Ministério da Saúde, retirando as competências orçamentárias do secretário da Sesai. Na sequência, outra portaria foi publicada (nº 2.141) restabelecendo a autonomia gestora da Sesai, mas com atribuição financeira ainda da Secretaria Executiva do Ministério.

Em novembro, 700 representantes de 100 povos indígenas de todas as regiões do Brasil estiveram durante dois dias em Brasília para pressionar o governo por melhorias e proteção dos direitos à saúde. Assim, conseguiram garantir que as reivindicações apresentadas pelas lideranças fossem atendidas. Entre elas, o fortalecimento da Sesai, sem restrições do MS, quanto à competência atribuída por decreto às secretarias e aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIS) e a continuidade do atual modelo de convênios relacionados à atenção à saúde indígena até dezembro de 2017.

Segundo o documento assinado na ocasião pelo ministro da Saúde, Ricardo Barros, o modelo de contratação da força de trabalho para melhoria da atenção à saúde desses povos, deverá ser definido por um Grupo de Trabalho a ser constituído com a participação de organizações indígenas e de representantes do MS. Também serão realizados cinco seminários regionais, em 2017, para discutir a situação atual na área de prestação de serviços e melhorias da atenção à saúde indígena.

Para Omore, ainda que seja necessário fiscalizar o cumprimento do acordo e avançar em outros pontos, o resultado foi bastante significativo. “O indígena ser ouvido é um grande salto, porque a saúde indígena precisa ser compreendida dentro das expectativas do usuário, ela não pode ser politizada e deve ser humanizada. O Conselho pode nos ajudar neste sentido também, apresentar nossa realidade, encaminhar nossas demandas e recomendar aos nossos governantes que atendam às nossas necessidades”. //



CNS inicia Projeto de Educação Permanente para conselheiros municipais

Por Jorge Vasconcellos

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) iniciará um projeto de educação permanente para capacitação de conselheiros municipais. Oferecido em parceria com o Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), o treinamento visa qualificar a formação de conselheiros ou representantes de movimentos sociais, na área de saúde, que queiram se inserir nas instâncias de controle social em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).

A iniciativa faz parte do Planejamento Estratégico do CNS para o período 2016/2019, com base nas diretrizes do Plano Nacional de Saúde (PNS). O projeto Formação de Formadores e Multiplicadores para o Controle Social deve qualificar aproximadamente 5 mil conselheiros em todo o país. Com duração total de 17 meses, será oferecido em 68 oficinas com dois dias de duração cada. O curso incluirá material impresso e ferramenta áudio visual, para que os conselheiros e participantes sejam multiplicadores do conteúdo em níveis regionais.

Para o CNS, com as mudanças de gestores nas administrações públicas municipais é fundamental atualizar as discussões sobre

princípios e diretrizes em defesa do SUS e aperfeiçoar a política de educação permanente do controle social, reafirmando o caráter deliberativo dos conselhos de saúde para o fortalecimento do SUS.

“Há uma renovação também no quadro de conselheiros, então precisamos estar dentro da lógica da educação permanente e discutir cotidianamente o que é o SUS e qual a sua importância. Ainda mais agora, que estamos vivendo um momento bastante frágil, com sérias ameaças para desmonte do Sistema Único de Saúde. É necessário estarmos cada vez mais preparados para fazer o enfrentamento aos desafios que estão sendo impostos”, avalia a coordenadora da Comissão Intersectorial de Educação Permanente para o Controle Social do SUS (CIEPCSS), Sueli Barrios.

No início de fevereiro, representantes do CEAP se reunirão com a comissão de educação permanente para definirem as diretrizes políticas e metodologia do projeto. Também serão realizadas consultas com entidades que fazem parte do conselho e já desenvolvem algum processo de formação semelhante. //





1ª CONFERÊNCIA NACIONAL LIVRE DE COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

 **18, 19 E 20 DE ABRIL**

 **BRASÍLIA-DF**

 **PARTICIPE!**

REVISTA
NACIONAL DE **SAÚDE**



Conselho Nacional
de Saúde

SUS



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

